

**REDENTOR ENERGIA S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ 12.126.500/0001-53 - NIRE 33300293922**

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO**

Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se em 21 de setembro de 2011, às 15 horas, bem como caso não seja verificado “quorum” mínimo obrigatório, proceder à segunda convocação dos acionistas no prazo legal na sede social, na Avenida Marechal Floriano, 168, 2º andar, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre: **(i)** a proposta de alteração do Estatuto Social, para adaptação ao novo Regulamento de Listagem do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e para aprimoramento da redação de alguns artigos; e, **(ii)** a recomposição do Conselho de Fiscal, elegendo dois membros efetivos e quatro membros suplentes, em decorrência de vagas.

O acionista que desejar representar-se na referida Assembleia Geral deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei 6.404/76 e posteriores alterações, exibindo no ato ou depositando, preferencialmente até 20 de setembro de 2011, os comprovantes de titularidade das ações expedidos por instituição financeira depositária e procuração, com poderes especiais, na sede da Companhia.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2011.

Oderval Esteves Duarte Filho
Presidente do Conselho de Administração

REDENTOR ENERGIA S.A.

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 21 DE SETEMBRO DE 2011.

Senhores Acionistas:

O Conselho de Administração da Redentor Energia S.A.:

Considerando que:

- a) a Companhia assinou o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado da BM&FBOVESPA, aderindo ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- b) a Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou, sem ressalvas, o novo Regulamento de Listagem do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, refletindo as alterações aprovadas no processo de audiência restrita junto às companhias listadas nesse segmento concluído em 2010;
- c) o novo Regulamento de Listagem do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e do respectivo Regulamento de Sanções, e as providências a serem tomadas pelas companhias listadas nesse segmento para adaptação às alterações do referido Regulamento entraram em vigor em 10/05/2011
- d) as cláusulas mínimas devem ser inseridas no Estatuto Social da Companhia até: (i) a primeira Assembleia Geral Extraordinária que se realizar após 90 (noventa) dias da entrada em vigor do novo Regulamento (10-05-2011); ou (ii) a data da Assembleia Geral da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011, o que ocorrer primeiro, sob pena de multa;
- e) há necessidade de aprimoramento da redação de alguns artigos do Estatuto Social;
- f) a Companhia comunicou à Comissão de Valores Mobiliários-CVM, através da proposta da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), arquivada nessa Instituição em 16/06/2011, que contemplou, nos itens constantes no Formulário de Referência, sua intenção de eleger três membros efetivos para o Conselho Fiscal, a saber: Ronald Gastão Andrade Reis, Paulo Eduardo Fernandes de Almeida e Shelley Henrique Dalcamim. As vagas de membros suplentes seriam preenchidas oportunamente;
- g) o Sr. Paulo Eduardo Fernandes de Almeida, após apresentação da proposta da AGE, declinou do convite;
- h) a Companhia recebeu ofício da CVM solicitando a recomposição imediata do Conselho Fiscal.

vem propor a V. Sas. a alteração do Estatuto Social conforme anexo e a recomposição do Conselho de Fiscal, em decorrência de vagas.

REDENTOR ENERGIA S.A.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses dos acionistas e da Empresa, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pelos senhores acionistas.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2011.

Renato Proença Lopes

Paulo Ângelo Carvalho de Souza

César Vaz de Melo Fernandes

Cristiano Correa de Barros

Anexo I

cópia do estatuto social contendo, em destaque, as alterações propostas

Formatado: Fonte: 12 pt

ESTATUTO SOCIAL DA REDENTOR ENERGIA S.A.

CAPÍTULO I NOME, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1 - A Companhia tem a denominação de “REDENTOR ENERGIA S.A.” e reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único – Em virtude da admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A.– Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a Companhia, bem como seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, as quais prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto Social, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste documento.

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Artigo 2 - A Companhia tem por objeto a participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica ou em atividades correlatas.

Artigo 3 – A Companhia tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo, a critério do Conselho de Administração, criar e extinguir filiais, agências e escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

Artigo 4 - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 5 - O Capital Social é de R\$ 359.165.652,17 (trezentos e cinquenta e nove milhões, cento e sessenta e cinco mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e dezessete centavos), representado por 108.480.828 (cento e oito milhões, quatrocentas e oitenta mil, oitocentas e vinte e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Formatado: Fonte: Times New Roman

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo - Poderá ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações (“Lei das S.A.”).

Parágrafo Terceiro – A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 6 – A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, mediante a emissão de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, desde que esta não tenha o condão de possibilitar a alteração do controle da Companhia.

Artigo 7 – Para fins de reembolso, o valor da ação poderá ser determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45 da Lei das S.A., ou no valor patrimonial da Companhia, o que for menor.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8 - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, contados da publicação do primeiro anúncio de convocação; não se realizando a Assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 08 (oito) dias da realização da Assembleia.

Parágrafo Único – Para fins do artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das S.A., a Companhia poderá dispensar a notariação e o reconhecimento de firma dos instrumentos

de procuração outorgados por seus acionistas, observada a legislação aplicável às Companhias abertas.

Artigo 9 - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente de tal órgão ou, na sua ausência, por outro acionista presente escolhido por aclamação, que convidará um dos presentes, para secretariar os trabalhos.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Normas Gerais

Artigo 10 - A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Artigo 11 - A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada.

Artigo 12 - Os Administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, conforme disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis e à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante adotada pela Companhia nos termos da Instrução CVM nº 358, de 22 de janeiro de 2002.

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários empregados, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia. Os Administradores, ao tomarem posse de seus cargos, deverão assinar Termo de Confidencialidade, assim como zelar para que a violação à obrigação de sigilo não ocorra por meio de subordinados ou terceiros.

Seção II – Conselho de Administração

Artigo 13 - O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, será composto de, no mínimo, 5 (cinco) a, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, com mandato unificado de

2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. No mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes.

Parágrafo Primeiro – Caracteriza-se, para fins deste Estatuto Social, como “Conselheiro Independente”, aquele que é definido como tal no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os eleger.

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Parágrafo Segundo – Também serão considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos mediante faculdade prevista nos §§ 4º e 5º do artigo 141 e no artigo 239 da Lei das S.A.

Parágrafo Terceiro - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no “caput” deste artigo ~~13~~ Parágrafo Primeiro acima, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ~~Regulamento de Novo Mercado~~ Regulamento de Novo Mercado da BM&FBOVESPA, ou seja, o valor será arredondado para o número inteiro (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5, ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5.

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte:

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte:

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Não Realce

Artigo 14 - O Conselho de Administração poderá determinar a criação de comitês de assessoramento destinados a auxiliar os respectivos membros do Conselho de Administração, bem como definir a respectiva composição e atribuições específicas.

Artigo 15 - O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice Presidente que serão eleitos por maioria dos votos dos Conselheiros efetivos. Caberá ao Presidente ou, na sua ausência, ao Vice-Presidente, presidir as reuniões do Conselho de Administração. Em suas ausências ou impedimentos temporários, o Presidente e o Vice-Presidente substituir-se-ão reciprocamente.

Parágrafo Primeiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Não Negrito, Cor da fonte: Automática

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte:

~~Parágrafo Segundo – No caso de ausência ou impedimento temporário dos demais membros do Conselho de Administração, estes poderão ser substituídos por outros conselheiros a quem tenham sido conferidos poderes especiais. Nesta última hipótese o Conselheiro que estiver substituindo o ausente ou temporariamente impedido, além de seu próprio voto, expressará o do Conselheiro que estiver substituindo.~~

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte:

Formatado: Não Realce

Parágrafo ~~Segundo~~ Terceiro - No caso de vacância do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente do Conselho, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração da Companhia para eleição do substituto. Em caso de vacância dos demais cargos de Conselheiros, nos termos do artigo 150 da Lei das S.A., será igualmente convocada reunião do Conselho de Administração, devendo os Conselheiros remanescentes eleger o substituto, o qual servirá até a realização da primeira

Assembleia Geral da Companhia. No caso de vacância da maioria dos cargos de membros do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser imediatamente convocada para proceder à ~~nova~~ eleição dos novos Conselheiros.

Parágrafo ~~Quarto~~-Terceiro - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou pelo Diretor Presidente, por escrito, inclusive através de facsímile, com antecedência mínima de cinco dias úteis. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo ~~Quarto~~~~inte~~ - As reuniões serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros, ~~sendo indispensável a presença do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho de Administração.~~ Os Conselheiros poderão participar de tais reuniões por intermédio de conferência telefônica ou ~~vídeo-conferência~~videoconferência, sendo considerados presentes à reunião ~~e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente por carta, fac-símile ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do referido conselheiro.~~

Parágrafo ~~Sexto~~-Quinto - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da ~~por~~ maioria ~~de votos dos~~ Conselheiros presentes ou participantes quando a reunião ocorrer por intermédio de conferência telefônica ou videoconferência. ~~a uma reunião.~~

Artigo 16 - Compete ao Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a elaboração ou qualquer alteração substancial do seu plano de negócios;
- (b) eleger e destituir a Diretoria;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores;
- (d) convocar, por seu Presidente, ou seu Vice- Presidente, ou por 02 (dois) quaisquer de seus membros, as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- (e) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- (f) fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral, a remuneração dos Administradores, quando votada em verba global;
- (g) observadas as disposições legais e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, (i) declarar, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral Ordinária, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanço semestral, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; (ii) determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio;

(h) ~~a aprovação aprovar a~~ política de dividendos da Companhia; ~~e a declaração, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral, de dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta de lucros apurados em balanço semestral, trimestral ou em período menor de tempo ou de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço;~~

(i) ~~a constituição de~~ constituir quaisquer ônus sobre bens móveis ou imóveis da Companhia, ou a caução ou cessão de receitas ou direitos de crédito em garantia de operações financeiras ou não a serem celebradas pela Companhia, sempre que o valor total dos ativos objeto da garantia exceda a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

(j) ~~autorizar~~ a alienação de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia cujo valor exceda a 10% (dez por cento) do valor total do ativo permanente da Companhia, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

(k) ~~autorizar~~ a aquisição de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia cujo valor exceda a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

(l) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários pela Companhia e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso, e de debêntures simples;

(m) escolher e destituir os auditores independentes;

(n) autorizar a Companhia a participar em outras sociedades;

(o) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação, de acordo com o disposto no § 10, alíneas “a” e “b”, do artigo 30 da Lei das S.A.;

(p) autorizar a assunção de responsabilidade ou obrigação pela Companhia, a liberação de terceiros de obrigações para com a Companhia, e a transação, para prevenir ou por fim a litígios, envolvendo valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(q) ~~a aprovação de~~ aprovar investimentos e/ou a tomada de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza, incluindo a emissão de notas promissórias comerciais (“Commercial Papers”), debêntures e/ou quaisquer outros títulos de crédito ou instrumentos semelhantes destinados à distribuição em quaisquer mercados de capitais, cujo valor individual ou global, no caso de uma série de operações vinculadas ou idênticas, seja superior a 5% do

patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia. Dependerão ainda da aprovação prévia do Conselho de Administração quaisquer das operações acima referidas, independentemente do valor, caso o endividamento adicional por elas representado ultrapasse, dentro de um determinado exercício social, 10% do patrimônio líquido da Companhia ;

(r) autorizar a abertura ou o encerramento de filiais, agências ou escritórios de representação em qualquer parte do País ou no exterior;

(s) manifestar-se previamente sobre as propostas de alteração do Estatuto Social da Companhia;

(t) manifestar-se previamente sobre as propostas de fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer operação similar que envolva a Companhia e suas subsidiárias;

(u) fixar o voto a ser dado pelo representante da Companhia nas Assembleias Gerais e reuniões das sociedades em que participe como sócia ou acionista, aprovar previamente as alterações do contrato social ou do estatuto social das sociedades em que a Companhia participa, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Companhia;

(v) aprovar os negócios jurídicos e deliberações referidas neste artigo pelas controladas da Companhia ou sociedades a ela coligadas;

(w) fixar critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) ~~da administração e dos empregados~~ funcionários que ocupam função gerencial na -de escalão superior (como tal entendidos os superintendentes ou ocupantes de cargos de direção equivalentes) da Companhia;

(x) aprovar a celebração de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e seus acionistas e Administradores (e os sócios, direta ou indiretamente, dos acionistas da Companhia, e respectivos Administradores), ressalvada a aquisição de produtos ou serviços em condições uniformes/ curso normal dos negócios;

(y) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de realização de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;

(z) aprovar quaisquer contratos ~~de longo prazo~~ entre a Companhia e seus clientes, fornecedores, prestadores de serviços e outras entidades com que mantenha relacionamento comercial, ou suas prorrogações, com prazo de duração maior do que doze meses e valor total superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto com concessionárias de serviços públicos ou outros que obedeçam a condições uniformes; e,

(aa) manifestar-se ~~favorável ou contrariamente~~ a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e, (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM;

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática

Seção III – Diretoria

Artigo 17 - A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, os demais membros eleitos para compor a Diretoria não terão designação específica. Todos os Diretores devem ser residentes no País, acionistas ou não, ~~e ser eleitos pelo Conselho de Administração~~, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Artigo 18 - A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que necessário, a critério do Diretor Presidente, que também presidirá a reunião, para tratar de aspectos operacionais.

Parágrafo Único - A reunião da Diretoria instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria.

Artigo 19 -

~~Em suas ausências ou impedimentos temporários, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores substituir-se-ão reciprocamente.~~

~~Parágrafo Único~~—Em caso de vacância do cargo de Diretor será imediatamente convocada uma reunião do Conselho de Administração para eleição do seu substituto.

Artigo 20 - Compete à Diretoria as atribuições fixadas em lei, observadas as demais normas deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Compete ao Diretor-Presidente: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) ter a seu cargo o comando dos negócios da Companhia; (iii) determinar e acompanhar o exercício das atribuições dos Diretores sem designação específica; (iv) ~~presidir as Reuniões de Diretoria e as Assembleias Gerais, estas últimas somente no caso de ausência do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (v) implementar as determinações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; e, (v) substituir os Diretor Financeiro e de Relações com Investidores em suas ausências e impedimentos temporários.~~

Parágrafo Segundo – Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) a administração financeira da Companhia; (ii) a administração das áreas de controladoria, tesouraria e contabilidade; (iii) a execução das diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração; (iv) substituir o Diretor-Presidente em suas ausências e impedimentos temporários; e (v) as atribuições conferidas ao Diretor de Relações com Investidores pela legislação em vigor, dentre as quais a prestação de informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à ~~BM&FBOVESPA~~ ~~Bolsa de Valores de São Paulo~~ ~~BOVESPA~~, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Terceiro – Competirá aos Diretores sem designação específica a execução das políticas e diretrizes estabelecidas pelo Diretor-Presidente, pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e pelo Conselho de Administração.

Artigo 21 - Todos os documentos que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados: (a) por quaisquer (2) dois Diretores; (b) por (1) um Diretor qualquer, nos termos do parágrafo segundo deste artigo; ou (c) por 1 (um) Diretor, em conjunto, com 1 (um) procurador constituído nos termos do parágrafo primeiro deste artigo.

Parágrafo Primeiro - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por quaisquer (2) dois Diretores, especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive para a assunção das obrigações de que trata o presente artigo, e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos.

Parágrafo Segundo - Poderá, ainda, a Companhia ser representada validamente por 1 (um) Diretor qualquer, inclusive na assunção de obrigações, desde que haja deliberação unânime, expressa e específica da Diretoria neste sentido, ou nas seguintes situações:

- (i) quando se tratar de contratar prestadores de serviço ou empregados;
- (ii) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;
- (iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros;
- (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; e
- (v) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária, observado o disposto neste Estatuto Social.

Artigo 22 - É vedado aos Diretores e aos procuradores da Companhia obrigá-la em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Artigo 23 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, integrado por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, ao qual competirão as atribuições previstas em lei.

Parágrafo Primeiro - A posse dos membros do Conselho Fiscal está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, ~~previsto nos termos do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA~~ Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis ~~Regulamento de Listagem no Novo Mercado~~ Regulamento de Listagem no Novo Mercado ~~BM&FBOVESPA~~.

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática

Parágrafo Segundo - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho Fiscal terão os deveres e responsabilidades estabelecidos pela legislação societária em vigor e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, ~~Regulamento do Novo Mercado~~ Regulamento de Listagem no Novo Mercado ~~BM&FBOVESPA~~.

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO

Artigo 24 - O exercício social coincide com o ano civil, terminando em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o balanço da Companhia e elaboradas as demonstrações financeiras para fins de publicação e apreciação pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei das S.A..

Parágrafo Segundo - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Terceiro - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio, líquidos de tributos, serão sempre computados como antecipação do dividendo mínimo e obrigatório.

Artigo 25 - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do

lucro líquido do exercício, após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das S.A. e no parágrafo 2º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do artigo 202 da mesma Lei, observada a seguinte dedução:

Parágrafo Primeiro - Do resultado de cada exercício social será deduzido, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro.

Parágrafo Segundo - O lucro líquido do exercício terá sucessivamente a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;

(ii) a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% (trinta por cento) do capital social;

(iii) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o item (i) deste parágrafo será distribuído a título de dividendo a todos os acionistas da Companhia;

(iv) a parcela remanescente do lucro líquido do exercício após o pagamento de dividendo aos acionistas, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade (i) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica; (ii) reforçar o capital de giro da Companhia; e, (iii) ainda, ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia; e,

(v) o montante anual a ser atribuído à Reserva para Investimento e Expansão será no máximo 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, sendo certo que o valor da referida reserva obedecerá ao limite a que se refere o parágrafo Quarto do presente artigo.

Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá, a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta da Reserva para Investimento e Expansão, ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, para aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

Parágrafo Quarto - Nos termos do artigo 194, III, da Lei das Sociedades por Ações, a Reserva para Investimento e Expansão terá como limite máximo o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do capital social da Companhia.

Artigo 26 - Salvo as deliberações em contrário da Assembleia Geral, o pagamento dos dividendos, de juros sobre o capital próprio e a distribuição de ações provenientes de

aumento de capital serão efetivadas no prazo de até 60 (sessenta) dias da data da respectiva deliberação.

CAPÍTULO VII DA ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE

Artigo 27 - A alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ~~Regulamento do Novo Mercado~~ Regulamento de Listagem no Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àaquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Artigo 28 - A oferta pública referida no artigo 27 também deverá ser realizada:

(a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou

(b) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e a anexar documentação que comprove esse valor.

Parágrafo Único - Para fins do disposto neste Estatuto Social, entende-se por:

Formatado: Fonte: Não Negrito

“Alienação do Controle” a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;

“Ações de Controle” o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;

“Acionista Controlador” o(s) acionista(s), ou grupo de acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

“Poder de Controle” o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas

três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

Artigo 29 - Aquele que ~~já detiver ações da Companhia e venha a~~ adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(a) efetivar a oferta pública referida no artigo 27 deste Estatuto Social;

(b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida ~~aem~~ bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. A referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o adquirente do poder de controle realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e,

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte:

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática

(c) tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Ações em Circulação da Companhia dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Poder de Controle.

Artigo 30 - Enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Novo Mercado, a Companhia não registrará (i) qualquer transferência de ações para o ~~adquirente das ações~~ ~~Comprador~~, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores aludido no ~~Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA~~ ~~Regulamento do Novo Mercado~~ ~~Regulamento de Listagem no Novo Mercado~~; ou (ii) qualquer Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle sem que os seus signatários tenham subscreto o Termo de Anuência dos Controladores ~~a que se refere o esse~~ ~~Regulamento do Novo Mercado~~.

Formatado: Não Realce

Formatado: Não Realce

Formatado: Não Realce

Formatado: Não Realce

CAPÍTULO VIII CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 31 - Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM será precedido de oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, tendo como preço mínimo a ser ofertado, obrigatoriamente, o correspondente ao valor econômico determinado em Laudo de Avaliação, na forma dos artigos 32 e 33 abaixo, ~~respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis~~.

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt

Artigo 32 - O laudo de avaliação será elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus Administradores e/ou Acionista Controlador, além de satisfazer os demais requisitos do § 1º do artigo 8º, da Lei das S.A., e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo artigo.

Parágrafo Primeiro - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia decorrente do Laudo de Avaliação é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo Segundo - Para fins do disposto no parágrafo Primeiro deste artigo, consideram-se ações em circulação todas as ações de emissão da Companhia, excetuadas as detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, pelos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia e aquelas em tesouraria.

Parágrafo Terceiro - Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados integralmente pelo ofertante.

Artigo 33 - Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública.

Parágrafo Primeiro - A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

Parágrafo Segundo - Se o valor econômico das ações, apurado na forma dos artigos 32 e 33 deste Estatuto Social, for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará automaticamente revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

Parágrafo Terceiro - O procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia atenderá as demais exigências estabelecidas nas normas aplicáveis às companhias abertas e os preceitos constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ~~Regulamento do Novo Mercado~~ ~~Regulamento de Listagem no Novo Mercado~~.

CAPÍTULO IX SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 34 - A saída da Companhia do Novo Mercado será aprovada em Assembleia Geral pela maioria dos votos dos acionistas presentes e comunicada à [BM&FBOVESPA](#) por escrito com antecedência prévia de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro – Para que as ações da Companhia passem a ter o registro para negociação fora do Novo Mercado, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos artigos 32 e 33 deste Estatuto [Social](#).

Parágrafo Segundo – Caso a saída da Companhia do Novo Mercado venha a ocorrer em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos artigos 31 e 32 deste Estatuto [Social](#), respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à [BM&FBOVESPA](#) e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado a referida reorganização.

~~Parágrafo Terceiro – [Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização societária não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas nos parágrafos acima. A saída da Companhia do Novo Mercado, nas hipóteses acima previstas, estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições estabelecidas nos artigos 31 e 32, ainda que não haja Acionista Controlador.](#)~~

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Não Negrito, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Parágrafo Quarto – A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Parágrafo Quinto – Na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a Companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação do Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 35 - A alienação do Poder de Controle da Companhia que ocorrer nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do Novo Mercado, obrigará o Acionista Controlador Alienante, conjunta e solidariamente com o Comprador, a oferecer aos demais acionistas a

aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, na forma da legislação em vigor, observando-se as mesmas regras aplicáveis às alienações de controle previstas no Capítulo VII deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Se o preço obtido pelo Acionista Controlador na alienação a que se refere o “caput” deste artigo for superior ao valor da oferta pública realizada de acordo com as demais disposições deste Estatuto Social, devidamente atualizado na forma da legislação em vigor, o Acionista Controlador Alienante conjunta e solidariamente com o Comprador, ficarão obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no “caput” deste artigo.

Parágrafo Segundo - A Companhia e o Acionista Controlador ficam obrigados a averbar no Livro de Registro de Ações da Companhia, em relação às ações de propriedade do Acionista Controlador, ônus que obrigue o comprador daquelas ações a estender aos demais acionistas da Companhia preço e condições de pagamento idênticos aos que forem pagos ao Acionista Controlador Alienante, em caso de alienação, na forma prevista no “caput” e no parágrafo primeiro, acima.

Artigo 36 - A saída da Companhia do ~~Novo mercado~~ Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ~~Regulamento do Novo Mercado~~ está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação nos termos dos artigos 31 e 32 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste artigo. Na hipótese de não haver Acionista Controlador ~~Em sua ausência e quando~~ a saída do Novo Mercado, referida anteriormente, decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou no respectivo descumprimento deverão efetivar a respectiva oferta pública de aquisição de ações.

Parágrafo Segundo – Ainda na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado ocorrer em razão de ato ou fato da Administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas, cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar tal descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ~~Regulamento do Novo Mercado~~ ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. Nesta hipótese, a Assembleia Geral deverá, devendo para tal definir o(s) responsável(is) pela realização da referida oferta pública de aquisição de ações ora tratada, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente ~~tal~~ a obrigação de realizar a oferta.

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt

CAPÍTULO X

JUÍZO ARBITRAL

Artigo 37 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se em funcionamento, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no presente Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ~~Regulamento de Listagem no do Novo Mercado~~, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO XI LIQUIDAÇÃO

Artigo 38 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

CAPÍTULO XII DOS ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 39 - Os eventuais acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de suas ações, ou o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que tenham sido arquivados na sede social, cabendo à respectiva administração abster-se de computar os votos lançados contra os termos de tais acordos.

Parágrafo Único - As obrigações ou ônus resultantes de tais acordos somente serão oponíveis a terceiros depois de averbados nos livros de registro de ações da Companhia e nos certificados ou comprovantes das ações, se emitidos.

~~Artigo 40 — Em virtude da admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA — Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), a Companhia, bem como seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”), as quais prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.~~

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Cor da fonte: Automática

REDENTOR ENERGIA S.A.

Anexo II

Formulário de Referência: Itens 12.6 a 12.10 – Informações dos Candidatos a Membros do Conselho Fiscal da Redentor Energia S.A., indicados pelo Acionista Controlador

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Aliomar Silva Lima

Idade: 58 anos

Profissão: Economista

CPF: 131.654.456-72

Data nascimento: 07/10/1953

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 21-09-2011

Data da posse: 21-09-2011

Prazo do mandato: até a AGO a realizar-se em 2012.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não tem comitê

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

O Sr. Lima é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1976, com MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1992 e Especialização em Gestão Técnica de Concessionárias de Energia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR em 1997. Iniciou sua carreira na Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG em 1977, onde permaneceu até 1997, tendo ocupado os seguintes cargos: titular da Divisão de Tarifas, titular do Departamento de Operações Financeiras e Superintendente de Recursos Financeiro. Atualmente é professor concursado de Finanças em cursos de graduação e pós-graduação na PUC-MINAS, sócio da empresa ASL Serviços Financeiros S/C Ltda e membro suplente dos conselhos fiscais da Light S.A., Cemig, Cemig D e Cemig GT e Gasmig, e membro titular do conselho fiscal da CemigTelecon.

REDENTOR ENERGIA S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas: Não tem.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal: Não tem

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não tem

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não tem

12.9. relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores da Companhia

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não existe para todas as alíneas citadas.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não tem

b. controlador direto ou indireto do emissor: Não tem

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não é

13.5. Quantidade de ações ou cotas emitidos pelo emissor, sociedade(s) controlada(s) ou sob controle comum, em 31/12/2010 detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior.

x não possui

possui - Se sim, descrever a quantidade e tipo de ação/cota e a qual empresa se refere:

13.14. Indicar os valores recebidos do emissor em 2009 e 2010 como remuneração por qualquer razão que não a função de conselheiro/diretor, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

2009 x não recebeu

recebeu - Descrever o valor e a razão dessa remuneração:

2010 x não recebeu

recebeu - Descrever o valor, e a razão dessa remuneração:

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Eduardo José de Souza

Idade: 61 anos

Profissão: Administrador

CPF: 131.654.456-72

Data nascimento: 18/09/1950

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 21-09-2011

Data da posse: 21-09-2011

Prazo do mandato: até a AGO a realizar-se em 2012.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não tem comitê

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

O Sr. Souza é Bacharel em Administração de Empresas pelo Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira e com pós-graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas – FGV Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE. Iniciou sua carreira na Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG em janeiro de 1990, onde permaneceu até 2005, tendo ocupado os seguintes cargos: Gerente do Departamento de Controle Patrimonial, Gerente de Planejamento e Gestão Tributária, Gerente do Departamento de Contabilidade Geral e como Assessor de Projeto de Desverticalização da CEMIG, e na GASMIG como Gerente de Auditoria Interna e Consultor Sênior. Foi Conselheiro Fiscal da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, Conselheiro Fiscal da Associação Brasileira de Distribuidora de Energia Elétrica – ABRADÉE, Presidente da Comissão de Ética da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG.

REDENTOR ENERGIA S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas: Não tem.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal: Não tem

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não tem

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não tem

12.9. relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores da Companhia

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não existe para todas as alíneas citadas.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

b. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não tem

b. controlador direto ou indireto do emissor: Não tem

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não é

13.5. Quantidade de ações ou cotas emitidos pelo emissor, sociedade(s) controlada(s) ou sob controle comum, em 31/12/2010 detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior.

x não possui

possui - Se sim, descrever a quantidade e tipo de ação/cota e a qual empresa se refere:

13.14. Indicar os valores recebidos do emissor em 2009 e 2010 como remuneração por qualquer razão que não a função de conselheiro/diretor, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

2009 x não recebeu

recebeu - Descrever o valor e a razão dessa remuneração:

2010 x não recebeu

recebeu - Descrever o valor, e a razão dessa remuneração:

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Francisco Luiz Moreira Penna

Idade: 63 anos

Profissão: Administrador

CPF: 092.294.006-10

Data nascimento: 08/09/1948

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 21-09-2011

Data da posse: 21-09-2011

Prazo do mandato: até a AGO a realizar-se em 2012.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não tem comitê

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

O Sr. Penna é administrador e exerceu atividades profissionais nos seguintes empresas: BDMG – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS, como Analista de Desenvolvimento (Fevereiro/1999 a Março/2004); CEMIG – COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS como Diretor de Finanças e Relações com Mercado (Novembro/1991 a Janeiro/1999); GASMIG – COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS como Diretor Financeiro e Administrativo / Conselheiro (Novembro/1991 a Janeiro/1999); SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, como Secretário (Maio/1986 a Março/1987); PRODABEL, como Conselheiro (Agosto/1984 a Dezembro/1987); SUDECAP – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL, como Diretor Financeiro (Agosto/1984 a Maio/1986); VPH EMPREENDIMENTOS LTDA. (Abril/1973 a Junho/1984) e LIDER ENGENHARIA LTDA. (Abril/1967 a Janeiro/1973) na exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e

REDENTOR ENERGIA S.A.

comercialização de energia elétrica, e com o setor de telecomunicações, através de empresas do “Grupo CEMIG”.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

CEMIG – COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

Diretor de Finanças e Relações com Mercado (Novembro/1991 a Janeiro/1999)

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal: *Não tem*

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:
Não tem

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: *Não tem*

12.9. relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores da Companhia

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não existe para todas as alíneas citadas.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

c. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: *Não tem*

b. controlador direto ou indireto do emissor: *Não tem*

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: *Não é*

13.5. Quantidade de ações ou cotas emitidos pelo emissor, sociedade(s) controlada(s) ou sob controle comum, em 31/12/2010 detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior.

não possui

possui - Se sim, descrever a quantidade e tipo de ação/cota e a qual empresa se refere:

13.14. Indicar os valores recebidos do emissor em 2009 e 2010 como remuneração por qualquer razão que não a função de conselheiro/diretor, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

2009 **não recebeu**

recebeu - Descrever o valor e a razão dessa remuneração:

2010 **não recebeu**

REDENTOR ENERGIA S.A.

- recebeu - Descrever o valor, e a razão dessa remuneração:*

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Francisco Vicente Santana Silva Teles

Idade: 42 anos

Profissão: Contador

CPF: 000.461.527-17

Data nascimento: 10/05/1969

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 21-09-2011

Data da posse: 21-09-2011

Prazo do mandato: até a AGO a realizar-se em 2012.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não tem comitê

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa**
- cargo e funções inerentes ao cargo**
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

O Sr. Teles é Contador graduado pela UFRJ em 1994, com MBA em Finanças pelo IBMEC RJ em 1999. Possui experiência de mais de 20 anos nas áreas de controladoria, tesouraria, auditoria e novos negócios, em empresas dos segmentos de energia, telecomunicações, entretenimento e banco de investimentos. Nos últimos 10 anos exerceu cargo de superintendente na AESEletropaulo, controller na Lafarge, CFO na Endemolglobo e atua como controller nas SPE's Tevisa e LGSA desde 2008.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Foi membro suplente do conselho fiscal da CEMIG e Superintendente da AES Eletropaulo.

REDEDOR ENERGIA S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não tem**
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não tem**
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não tem**

12.9. relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores da Companhia**
- b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia**
- c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia**
- d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia**

Não existe para todas as alíneas citadas.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- d. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não tem**
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não tem**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não é**

13.5. Quantidade de ações ou cotas emitidos pelo emissor, sociedade(s) controlada(s) ou sob controle comum, em 31/12/2010 detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior.

x não possui

- possui - Se sim, descrever a quantidade e tipo de ação/cota e a qual empresa se refere:**

13.14. Indicar os valores recebidos do emissor em 2009 e 2010 como remuneração por qualquer razão que não a função de conselheiro/diretor, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

2009 x não recebeu

- recebeu - Descrever o valor e a razão dessa remuneração:**

2010 x não recebeu

- recebeu - Descrever o valor, e a razão dessa remuneração:**

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Henrique Carlos Cafaggi

Idade: 62 anos

Profissão: Administrador

CPF: 091.249.856-00

Data nascimento: 28-01-49

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 21-09-2011

Data da posse: 21-09-2011

Prazo do mandato: até a AGO a realizar-se em 2012.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não tem comitê

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

O Sr. Cafaggi é graduado em Administração, pelo Instituto Champagnat de Estudos Superiores de Belo Horizonte. Ingressou na Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG em maio de 1969 e permanecendo até abril de 2004. No período exerceu diversos cargos e atividades profissionais, dentre as quais destaca-se a administração e controle da movimentação financeira da Companhia, em especial controle e coordenação do caixa diário, bem como todo o acompanhamento, controle e movimentação das contas bancárias da Companhia. Foi Diretor Financeiro do Condomínio Residencial Condados da Lagoa (período de janeiro de 1998 a dezembro de 2002) e da Associação Intergerencial da CEMIG – AIC (período de junho de 2002 a julho de 2004). Atualmente é Diretor Financeiro da Associação Recreativa e Cultural dos Empregados da CEMIG – GREMIG (em exercício desde março de 2003) e atua

REDENTOR ENERGIA S.A.

como Conselheiro Fiscal Suplente do Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia – CGET (desde 2005) e da Cemig Telecomunicações S.A. (desde 2007).

- ii. *indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas: Não tem*
- b. *descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:*
 - i. *qualquer condenação criminal: Não tem*
 - ii. *qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não tem*
 - iii. *qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não tem*

12.9. relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. *administradores da Companhia*
- b. *(i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia*
- c. *(i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia*
- d. *(i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia*

Não existe para todas as alíneas citadas.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- e. *sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não tem*
- b. *controlador direto ou indireto do emissor: Não tem*
- c. *caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não é*

13.5. Quantidade de ações ou cotas emitidos pelo emissor, sociedade(s) controlada(s) ou sob controle comum, em 31/12/2010 detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior.

x não possui

- possui - Se sim, descrever a quantidade e tipo de ação/cota e a qual empresa se refere:*

13.14. Indicar os valores recebidos do emissor em 2009 e 2010 como remuneração por qualquer razão que não a função de conselheiro/diretor, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

2009 *x não recebeu*

- recebeu - Descrever o valor e a razão dessa remuneração:*

2010 *x não recebeu*

- recebeu - Descrever o valor, e a razão dessa remuneração:*

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Paulo César Teodoro Bechtluft

Idade: 64 anos

Profissão: Engenheiro

CPF: 098.795.106-82

Data nascimento: 15-03-1947

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 21-09-2011

Data da posse: 21-09-2011

Prazo do mandato: até a AGO a realizar-se em 2012.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa outro cargo.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não tem comitê

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

O Sr. Bechtluft é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em 1971. Participou dos seguintes cursos de especialização: a) Sistemas Elétricos de Potência – Escola de Engenharia da UFMG - 1971; b) Economia da Energia – FGV - Rio de Janeiro – 1973; c) Administração Financeira – FEA/USP – São Paulo – 1973; d) Operação de Sistemas Elétricos – Escola Politécnica/USP – São Paulo - 1974; e) Tecnologia e Economia de Energia – COPPE/UFRJ - 1984. De 1971 a 1974, trabalhou na Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF como engenheiro e gerente do Serviço de Relações com Consumidores. De 1974 a 1977, trabalhou na Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE no Setor de Contabilidade de Custos de Obras. De 1977 a 1997, trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG como engenheiro na Divisão de Planejamento de Geração, no Departamento de Planejamento Energético e gerente da Divisão de Estudos de Demanda de Energia. A partir de 1997 atua em serviços de consultoria nas áreas de tecnologia e energia. Atua como membro suplente do Conselho Fiscal da Cemig Telecomunicações S.A. desde 2007 e do Conselho Fiscal do Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia – CGET desde 2005

REDENTOR ENERGIA S.A.

- ii. *indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas: Não tem.*
- b. *descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:*
 - i. *qualquer condenação criminal: Não tem*
 - ii. *qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não tem*
 - iii. *qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não tem*

12.9. relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. *administradores da Companhia*
- b. *(i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia*
- c. *(i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia*
- d. *(i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia*

Não existe para todas as alíneas citadas.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- f. *sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não tem*
- b. *controlador direto ou indireto do emissor: Não tem*
- c. *caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não é*

13.5. Quantidade de ações ou cotas emitidos pelo emissor, sociedade(s) controlada(s) ou sob controle comum, em 31/12/2010 detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior.

x não possui

- possui - Se sim, descrever a quantidade e tipo de ação/cota e a qual empresa se refere:*

13.14. Indicar os valores recebidos do emissor em 2009 e 2010 como remuneração por qualquer razão que não a função de conselheiro/diretor, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

2009 *x não recebeu*

- recebeu - Descrever o valor e a razão dessa remuneração:*

2010 *x não recebeu*

- recebeu - Descrever o valor, e a razão dessa remuneração:*